

ATA REUNIÃO CMDRA

Realizada em 03/08/2018, às 14:30 no IAC (Instituto Agronômico de Campinas)

Presentes os membros do conselho: Adriano Tosoni da Eira Aguiar, André Luiz de Camargo von Zuben, Claudinei Barbosa, Sérgio Augusto Maraes Carbonell, Cláudio Quercia Soares, Luiz Fernando Ceribelli Madi, Cristina Criscuolo, Francisco de Andrade Nogueira Neto, Geraldo Magela, José Benedito Napoleone Silveira, Luis Fernando Amaral Binda, Luiz Guilherme Rebello Wadt, Patricia Helena Nogueira Turco e Susanna M. von B. Ulson Cardoso.

Como convidados: Francisco de Paula dos Santos Nogueira, Mauro Miyashiro, Daniela F. Scarassatti e Wander Villalba.

O Presidente do Conselho, André von Zuben, deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos e como primeiro item da pauta colocou em votação a aprovação da ata da última reunião realizada em 08 de junho de 2018, sendo aprovada por unanimidade.

Em seguida o Presidente usou a palavra para informar que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo entregou no último dia 30 de julho no Sindicato Rural de Campinas as placas de identificação das propriedades rurais de Campinas, cadastradas no projeto “Rural Inteligente”, colaborando assim para um melhor atendimento ao produtor rural principalmente no acionamento dos serviços relacionados a Guarda Municipal e do Samu. Complementou que o projeto terá continuidade e fez um agradecimento ao Sindicato Rural que está efetuando a entrega das placas aos proprietários rurais.

Na sequência o presidente fez uma solicitação aos membros do conselho para colaborar na organização de dois eventos, sendo uma exposição ligada a produção de Frutas, no início do ano de

2019, com o objetivo de valorizar os nossos produtores, reconhecendo Campinas como um polo produtor e outro evento o 2º. Seminário dos Produtores Rurais, focado na aplicação de Técnicas e Soluções aos produtores, sendo este evento programado para meados do próximo ano.

O Conselheiro Sergio Carbonel, aproveitou a oportunidade para desde já colocar o IAC a disposição do Conselho para sediar os eventos.

Como estava programado na Pauta, na sequência o Presidente André von Zuben passou a palavra para o Presidente da Ceasa, Wander Vilalba que agradeceu o convite e se dispôs a ajudar nos eventos acima mencionados, assim como ajudar aos produtores de modo geral, aproveitando a oportunidade para parabenizar o presidente André von Zuben pela refundação do Conselho Rural. Na sequência, fez uma apresentação da Empresa aos presentes, destacando inicialmente que as ceasas brasileiras vêm se degradando pela falta de investimentos, o que compromete seu objetivo primordial que é o abastecimento. Mostrou que após a crise provocada pela greve dos caminhoneiros, as pessoas passaram a dar maior importância a atuação das Ceasas e destacou o perigo decorrente da paralisação de uma central por um evento como a greve. Informou que a Ceasa Campinas é a quarta maior do país, mostrou ações empreendidas pela atual gestão, destacando que a ceasa não é uma mera locadora de espaço e que um dos papéis da instituição, enquanto setor público, é proteger os interesses do pequeno produtor. Além disso, ela deve zelar pela qualidade dos produtos ofertados e se responsabilizar pelo bom funcionamento do mercado, defendendo, assim, o interesse público. Revelou que a empresa é superavitária e investe em melhorias, como o novo pier, e no saneamento básico e tratamento de dejetos, em parceria com a Sanasa. Destacou, ainda, as melhorias realizadas em parcerias com os permissionários em questões de limpeza e na caixaria, informando já ter sido comprado maquinário para reciclagem de madeira, de forma pioneira no país. Destacou, ainda, as ações sociais realizadas pela

empresa, através do ISA, do Banco de alimentos e da administração da merenda escolar. Informou sobre a parceria com a Universidade São Francisco, visando a orientação do público interessado no reaproveitamento de sobras de produtos e informou que, no Mercado de Flores, plantas não vendidas são doadas para utilização por outras entidades ou para plantio em praças públicas. Informou também sobre a próxima implantação do mercado do produtor, iniciativa destinada a levar os produtores rurais para dentro do entreposto, resgatando o espírito inicial das ceasas. Sobre a feira de orgânicos, recentemente inaugurada, revelou que a pequena oferta desses produtos no município motivou a abertura para produtores da região em um evento semanal que está sendo muito positivo. Destacou, por fim a parceria com o IAC no desenvolvimento de ações de aperfeiçoamento da comercialização e a criação do Selo Ceasa da qualidade.

Na sequência o Presidente da Ceasa passou a palavra ao Diretor Claudinei que falou a respeito do cadastro de pretendentes (Produtores) para se instalarem na Ceasa, informando que haverá divulgação através da página da empresa e que a iniciativa envolve o Sindicato Rural de Campinas.

Na sequência colocou aos presentes a sua preocupação com a implantação das normas de rastreabilidade de vegetais frescos, a se iniciar em 08 de agosto e que tem como objetivo o monitoramento e o controle de resíduos de agrotóxicos na cadeia produtiva de vegetais frescos destinados à alimentação humana sendo que esta norma estabelece a obrigatoriedade de que todos os produtores e distribuidores de frutas e hortaliças deverão fornecer informações padronizadas capazes de identificar o produtor ou responsável no próprio produto ou nos envoltórios, caixas, sacarias e outras embalagens. O produtor deve informar o endereço completo, nome, variedade ou cultivar, quantidade, lote, data de produção, fornecedor e identificação (CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual). Destacou que a normativa da rastreabilidade iniciou-se de trás pra frente e que um prazo de 180 dias para

implantação não era suficiente para a cadeia de produção e distribuição se informar à respeito. A preocupação apontada consiste que tal norma possa vir a provocar uma crise de desabastecimento pois ela está sendo implantada sem a devida orientação e treinamento aos pequenos e médios produtores, que poderão deixar de fornecer seus produtos às Centrais e redes de supermercados, com o receio de serem penalizados. Segundo ele, a maioria dos produtores não têm condições de se adequarem às exigências da IN.

Informou que a fiscalização prevista na IN tem início previsto para 08/08, compreendendo 8 produtos. Relatou reunião ocorrida em São Paulo com o Ministério Público, envolvendo o produto goiaba, em procedimento aberto nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesse processo verificou-se irregularidade em 100% dos produtos analisados, com a utilização de agrotóxico não previsto para a cultura da goiaba, mas ressaltou que não se pode culpar os produtores uma vez que o produto utilizado é liberado para outras culturas, tratando-se antes de desinformação por parte do produtor

Informou que, no caso de Santa Catarina, o MP exigiu que a Ceasa/SC se encarregasse do controle, para o que a empresa constituiu grupo junto com institutos competentes para realização de análises. No Estado de São Paulo, a Ceasa Campinas, Ceagesp e Craisa deverão assumir a fiscalização e o controle.

Questionou, no caso, a demora da legislação federal na análise e registro de agrotóxicos, que demora anos, o que leva produtores a recorrerem a produtos não liberados para seus cultivos, sendo estas as irregularidades normalmente constatadas.

Destacou, por fim, a importância das ceasas na produção de informações que podem subsidiar a elaboração de políticas públicas para o setor de abastecimento, e lembrou que a greve dos caminhoneiros evidenciou a importância da existência dos

cinturões verdes em torno dos grandes aglomerados urbanos. Lembrou que para a continuidade de políticas, deveria ser instituído um Plano Diretor de Abastecimento.

Fazendo uso da palavra, o Sr. Francisco, presidente do Sindicato Rural, destacou que o pequeno produtor será o mais penalizado com as exigências da IN e sugeriu reunião com os promotores a respeito. O pequeno não tem informações técnicas e normalmente utiliza produtos não registrados para sua cultura. Disse que o sindicato pode assumir papel de orientação, em parceria com órgãos habilitados como CATI e SENAR, e que iria recorrer a este último órgão.

O sr. Geraldo Magela, da CATI, comentou que, mais uma vez, o impacto vem de cima para baixo e que o pequeno produtor será penalizado. Disse acreditar que se a IN busca um objetivo de segurança alimentar, deveria ter sido feito um trabalho de base antes. Disse ainda que as ceasas deverão exigir a rotulagem, sob pena de serem responsabilizadas.

O sr. Francisco disse acreditar que os produtores que se adequarem às exigências da IN poderão ter diferencial de preço, uma vez que as grandes e médias redes varejistas iriam exigir a adequação dos fornecedores às novas normas.

O Sr. Luis Fernando, do SRC, relatou ter participado da reunião com o MP e que não entende que o prazo da goiaba tenha sido antecipado.

O Sr. Claudinei revela que foi exigido da Ceasa cobrar a obrigatoriedade da rotulagem dos produtos. Entende que o SENAR deve capacitar os sindicatos, diante da impossibilidade de instruir todos os produtores. Sugere gestões junto ao MAPA para a prorrogação do prazo de 180 dias.

Encerrando a reunião, o presidente André von Zuben, indagou como o Conselho poderia ajudar para que a IN seja atendida.

Destacou a intenção de reunir-se com a CATI e estudar a promoção de trabalho junto aos produtores. Comprometeu-se a elaborar documento em nome do Conselho, solicitando mais prazo para ANVISA e Ministério da Agricultura.

Às 16:00 horas o Presidente deu por encerrada a reunião do CMDRA e eu Cláudio Quercia Soares, Secretário Executivo, Lavrei a presente Ata.

Campinas, 03 de agosto de 2018.